



Demonstrações Financeiras

Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda

30 de junho de 2025

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Relatório da Administração..... | 3 |
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 4 |
| Balanco Patrimonial..... | 7 |
| Demonstração do Resultado..... | 8 |
| Demonstração do Resultado Abrangente..... | 9 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido..... | 10 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 11 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras: | |
| 1. Contexto Operacional | 9 |
| 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras | 9 |
| 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis | 10 |
| 4. Caixa e equivalentes de Caixa | 14 |
| 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 14 |
| 6. Títulos e Valores Mobiliários | 14 |
| 7. Outros Ativos Financeiros | 14 |
| 8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos | 15 |
| 9. Outros Ativos | 15 |
| 10. Contas de Pagamento Pré-Paga | 15 |
| 11. Outros Passivos | 15 |
| 12. Provisão para Pagamentos | 15 |
| 13. Provisão para Contingências | 16 |
| 14. Patrimônio Líquido | 16 |
| 15. Receitas de Prestação de Serviços | 16 |
| 16. Resultado de Intermediação Financeiro | 16 |
| 17. Despesas com Pessoal | 16 |
| 18. Despesas Gerais Administrativas | 17 |
| 19. Despesas Tributárias | 17 |
| 20. Despesas com Provisões | 17 |
| 21. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas | 17 |
| 22. Imposto de Renda e Contribuição Social | 18 |
| 23. Resultado Recorrente e Não Recorrente | 19 |
| 24. Partes Relacionadas | 19 |
| 25. Gerenciamento de Riscos | 19 |
| 26. Eventos Subsequentes | 20 |

Senhores Sócios:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes com valores apresentados em milhares de reais (R\$ mil).

Patrimônio Líquido e Resultado

Inicialmente, a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("Wise IP") iniciou suas operações como Instituição de Pagamento Não Autorizada. No entanto, devido ao rápido crescimento e desempenho sólido, em abril de 2022, a empresa alcançou o marco de R\$ 300 milhões em volume operado, qualificando-a para obter a condição de Instituição de Pagamento Autorizada. Em julho do mesmo ano, a Wise formalmente apresentou a solicitação ao Banco Central do Brasil para essa autorização, em setembro de 2024 ocorreu a aprovação.

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 12.832. O resultado apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi lucro de R\$ 1.017.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2025, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 945.392.

Outras Informações

A política de atuação da Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes se fundamenta em normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria.

A Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. informa que semestre findo de 30 de junho de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. esclarece que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, confirma que sua administração dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 08 de Setembro de 2025

Os Administradores



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de setembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Signed By: DANIEL NAVES MARTELETTTO 06260972660
CPF: 06260972660
Signing Time: 08 de setembro de 2025 | 21:58 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Issued AC: CertSign RFB GS
B65C2D581A8C4C...

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil

| | Nota | 30/06/2025 |
|---|------|----------------|
| Ativo Circulante | | 943.067 |
| Disponibilidades | | 60.560 |
| Depósitos Bancários | 4 | 60.560 |
| Instrumentos Financeiros | | 793.990 |
| Mensurados ao Custo Amortizado | | 793.990 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 5 | 562.566 |
| Título e Valores Mobiliários | 6 | 10.410 |
| Outros Ativos Financeiros | 7 | 221.902 |
| Provisão p/ Perdas Associadas ao Risco de Outros Créditos | 7 | (888) |
| Outros | | 88.517 |
| Ativos Fiscais Correntes | 8 | 12.804 |
| Outros Ativos | 9 | 75.713 |
| Ativo Não Circulante | | 2.325 |
| Outros | | 2.325 |
| Ativos Fiscais Diferidos | 22 | 2.325 |
| Total do Ativo | | 945.392 |
| Passivo Circulante | | 932.560 |
| Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros | | 563.028 |
| Mensurados ao Custo Amortizado | | 563.028 |
| Outros Passivos Financeiros | | 563.028 |
| Contas de Pagamento Pré-Paga | 10 | 553.492 |
| Outros Passivos | 11 | 9.536 |
| Outras Obrigações | | 369.532 |
| Obrigações Fiscais Correntes | 8 | 3.545 |
| Provisão para Pagamentos | 12 | 365.987 |
| Patrimônio Líquido | 14 | 12.832 |
| Capital Social | | 16.351 |
| Prejuízos Acumulados | | (3.519) |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 945.392 |

Demonstração dos Resultados para o Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

| | Nota | 30/06/2025 |
|--|------|-----------------|
| Receitas Operacionais | | |
| Receitas de Prestação de Serviço | 15 | 32.560 |
| Total Receitas Operacionais | | 32.560 |
| Resultado da Intermediação Financeira | | |
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 16 | 32.745 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 16 | 15 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | | 32.760 |
| Despesas Operacionais | | |
| Despesas com Pessoal | 17 | (17.572) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 18 | (28.194) |
| Despesas Tributárias | 19 | (3.812) |
| Despesas com provisões | 20 | (1.728) |
| Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais Líquidas | 21 | (11.374) |
| Total das Despesas Operacionais | | (62.680) |
| Resultado Operacional | | 2.640 |
| Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | |
| Imposto de Renda | 22 | (1.190) |
| Contribuição Social | 22 | (433) |
| Lucro Líquido | | 1.017 |
| Resultado Líquido por Quota | | 0,06 |

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

| | 30/06/2025 |
|---|-------------------|
| Resultado Líquido do Semestre | 1.017 |
| (+/-) Outros Resultados Abrangentes | - |
| Resultado Abrangente do Semestre | 1.017 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

| | Nota | Capital Social | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|------|----------------|----------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 16.351 | (4.536) | 11.815 |
| Lucro Líquido do Semestre | | - | 1.017 | 1.017 |
| Saldos em 30 de junho de 2025 | | 16.351 | (3.519) | 12.832 |

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Semestre findo em 30 de junho de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

| | Notas Explicativas | 30/06/2025 |
|---|-----------------------|-----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 2.640 |
| Ajustes ao lucro líquido | | |
| Remuneração Renda Fixa | 16 | (3) |
| Varição Cambial Ativa | 21 | (1.544) |
| Varição Cambial Passiva | 21 | 1.504 |
| Provisões | 20 | 1.675 |
| Contingências | 13 | 675 |
| Outras Provisões Multas | 20 | 1.000 |
| Resultado Ajustado | | 4.272 |
| Atividades Operacionais | | |
| Varição de Ativos e Passivos | | (19.148) |
| Redução/(Aumento) de Instrumentos Financeiros | 5,6,7 | 51.025 |
| Redução/(Aumento) de Outros Ativos | 9 | (50.872) |
| (Redução)/Aumento de Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros | 7 | (12.753) |
| (Redução)/Aumento de Outras Obrigações | 10,11 | (6.142) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 8 | (406) |
| Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais | | (14.876) |
| Atividades de Financiamento | | |
| Caixa Líquido Originado/(Aplicado) em Atividades de Financiamento | | - |
| Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa | | (14.876) |
| Modificações na Posição Financeira | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre | | 75.436 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre | | 60.560 |
| Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa | | (14.876) |

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda (“Wise IP”), com endereço na Rua Girassol, nº 555, 1º andar, Vila Madalena, São Paulo, foi estabelecida em 26 de janeiro de 2021 como uma sociedade limitada. Seu principal foco é a emissão de cartões e instrumentos de pagamento, abrangendo tanto a forma física quanto a virtual. A Wise Brasil Instituição de Pagamento é controlada pela Wise Payments Limited, uma sociedade constituída e existente em conformidade com as leis do Reino Unido.

Além da emissão de cartões, a Wise tem como objetivo fornecer outros serviços, como a integração entre plataformas para facilitar suas operações, prestação de serviço de aporte ou saque de recursos em contas de pagamento, execução de instruções de pagamento e remessa de fundos relacionados a contas de pagamento. A Wise IP também se dedica à gestão de contas de pagamento do tipo pré-pago, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, e outras atividades correlatas à prestação de serviços de pagamento.

Na data 17 de setembro de 2024, o Banco Central do Brasil homologou a licença de Instituição de Pagamento aumentando a rigidez regulatória desta instituição e possibilitando a implementação de novos serviços a partir da integração ao Pix e ao ambiente de *Open Finance*. Posteriormente, a Wise IP integrou-se ao sistema de pagamentos instantâneos (Pix), onde, segundo a lista de participantes ativos publicada pelo Banco Central em 30 de julho de 2025, consta com o status “Ativo em operação plena”, atuando como participante indireto na modalidade Provedor de Conta Transacional.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Wise foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e com as Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e associadas às normas e Resoluções estabelecidas pelo Bacen e o Conselho Monetário Nacional (CMN), apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 02/2020 e normativos complementares.

As demonstrações financeiras da Wise foram elaboradas com base nas práticas contábeis mencionadas acima com o propósito específico de sua apresentação ao Bacen, como parte integrante do processo de obtenção da licença junto ao referido órgão. As presentes demonstrações não foram elaboradas para fins de atendimento aos requisitos estatutários/societários.

Na elaboração das demonstrações financeiras para fins de atendimento aos requisitos societários os saldos de resultado seriam apurados com base nas Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No entanto, não há diferenças de saldos e resultados entre às presentes demonstrações financeiras e as que seriam aplicáveis para fins de atendimento aos requisitos societários.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Wise, na elaboração de suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

| Pronunciamentos CPC | Resolução CMN |
|---|----------------------|
| CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | 4.924/21 |
| CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 4.924/21 |
| CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras | 4.524/16 |
| CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa | |
| CPC 04 (R1) – Ativo Intangível | 4.818/20 |
| CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas | 4.534/16 |
| CPC 06 (R2) – Arrendamentos | 4.975/21 |
| CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações | 4.818/20 |
| CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 3.989/11 |
| CPC 24 – Evento Subsequente | 4.924/21 |
| CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 4.818/20 |
| CPC 27 – Ativo Imobilizado | 3.823/09 |
| CPC 28 – Propriedade para Investimento | 4.535/16 |
| CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados | 4.967/21 |

| | |
|--|----------|
| CPC 41 – Resultado por Ação | 4.877/20 |
| CPC 46 – Mensuração do Valor Justo | 4.818/20 |
| CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente | 4.924/21 |

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4966/21, a qual define novos critérios para instrumentos financeiros, incluindo classificação, mensuração e provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em complemento a essa resolução, foi publicada a Resolução BCB nº 352/23, o qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, taxa de juros efetiva, constituição de perdas associadas ao risco de crédito e divulgação de informações explicativas sobre instrumentos financeiros. As normas são aplicáveis às instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Administração da Wise IP avaliou detalhadamente os impactos da adoção dessas normas, incluindo a realização de estudos técnicos e análises internas com base em sua carteira atual de instrumentos financeiros. Como resultado dessa avaliação, concluiu-se que não houve impactos relevantes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis. Mais especificamente:

- Não houve impactos na classificação, precificação e mensuração dos instrumentos financeiros, uma vez que os ativos financeiros já atendiam aos critérios previstos nas novas regulamentações;
- Não houve impacto relevante na constituição da provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos, considerando que a metodologia atual de apuração segue os parâmetros definidos na política global da instituição, a qual já está alinhada com os princípios previstos nas novas normas;
- Os saldos negativos nas contas dos clientes (descobertos) são tratados com base nessa política global e as perdas são reconhecidas conforme os critérios de irrecuperabilidade previamente definidos.

A WISE IP optou pela adoção da faculdade prevista no artº 102 da Resolução BCB nº 352 quanto a não apresentação das demonstrações contábeis comparativas a períodos anteriores para os períodos de 2025.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Wise.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda transacional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 08 de setembro de 2025.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, são incluídos caixa e equivalentes de caixa, que são representados por disponibilidades em moeda nacional e em aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto) que possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com vencimento inferior a 90 dias.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Ativos e Passivos Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo quando aplicável: os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço calculados “pro rata” dia e, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, serão classificados integralmente no curto prazo.

d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica e PIS (0,65%) e a COFINS (4,65%) são calculados sobre receitas financeiras auferidas pela entidade. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

e) Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a CSLL é constituída a alíquota de 9%. O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para IRPJ 25%, e para a CSLL 9%.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa também são constituídos com base nas alíquotas acima mencionadas e consideram as disposições da Resolução nº 4.842/2020 do CMN quanto aos aspectos de recuperabilidade.

f) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da empresa quando a empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros da Wise estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, quando aplicável, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de *SPPI*, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado), são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros classificados como recebíveis são apresentados nas rubricas de outros ativos financeiros do Balanço Patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado.

As operações de câmbio, representadas como instrumentos financeiros derivativos, contratos a termo de câmbio, são registrados pelas variações de taxas cambiais auferidas a mercado. Todos os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Classificação de ativos e passivos financeiros

i. Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Wise considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

ii. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“teste de SPPI”)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais de venda é necessário realizar um teste de *SPPI*.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

iii. Custo Amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- 1- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;

- 2- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

iv. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- 2- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- 3- Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

v. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

vi. Passivo Financeiro

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023, devemos classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- 1- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 2- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 3- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- 4- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- 5- Contratos híbridos.

vii. Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

viii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução dispensa a Wise IP, por ser uma sociedade classificada na segmentação do Banco Central do Brasil como S4, da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, porém deve constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais definidos na resolução.

A Wise utiliza uma metodologia interna para apurar perdas por *chargeback*. Quando um estorno resulta em prejuízo para a empresa, os valores não recuperados são categorizados como contas a receber e são baixados da contabilidade com base no seu tempo de atraso. Mensalmente, a Wise realiza um ajuste contábil para registrar esses valores no balanço patrimonial e criar uma provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos.

As aplicações em operações compromissadas e demais aplicações financeiras são classificadas pelo modelo de negócio como mensuradas ao custo amortizado conforme definido em política da Wise, os riscos de créditos são considerados nulos ou sem efeito material uma vez que o lastro das operações compromissadas são em títulos públicos e as demais aplicações financeiras estão em instituições de primeira linha com disponibilidade imediata.

ix. Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual, ou seja, o reconhecimento de juros é interrompido.

x. Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/2023, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – "impairment": São realizadas avaliações anuais para garantir que o valor contábil dos nossos ativos não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros que não são avaliados a valor justo são reconhecidas imediatamente, assim que houver evidência objetiva de perda. Nesses casos, o valor contábil dos ativos é reduzido e o valor excedente é lançado como despesa no resultado do exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

g) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como recorrente e não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 23.

h) Lucro por quota

O lucro por quota é calculado com base na quantidade de quotas em circulação no encerramento do semestre/exercício.

i) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que tem os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

j) Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

A principal linha de receita provém das receitas com manutenção das contas multimoeda em reais e receita de intercâmbio das compras com cartões Wise realizadas no país.

As receitas incluem transações com partes relacionadas no exterior para as quais são observadas as regras de Preços de Transferências no Brasil trazidas pela Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, a qual adequou o Brasil às diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - (OCDE). A Wise Brasil Instituição de Pagamento passou a adotar a prática de Preço de Transferência (Transfer Pricing) em suas operações a partir de 2024.

Da mesma forma as despesas administrativas incluem rateio de despesas (*Cost sharing*) junto a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., líder do conglomerado Wise Brasil, de modo que as despesas nas quais ambas as entidades se beneficiam passaram a ser divididas proporcionalmente ao serviço recebido por entidade.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

| Disponibilidades | 30/06/2025 |
|----------------------------------|---------------|
| Depósitos Bancários ¹ | 60.560 |
| Total | 60.560 |

¹ Refere-se substancialmente a depósito de valores em moeda nacional em instituições financeiras.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

| Carteira Própria | 30/06/2025 | |
|--|----------------|-----------------|
| | Valor ao Custo | Valor a Mercado |
| Aplicações no Mercado Aberto (Operações compromissadas) ¹ | 562.566 | 562.566 |
| Total | 562.566 | 562.566 |

¹ Aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração indexada em título com lastro público em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e registrada no ativo circulante.

6. Títulos e Valores Mobiliários

| Carteira Própria | 30/06/2025 | |
|---|----------------|-----------------|
| | Valor ao custo | Valor a Mercado |
| Aplicações Financeiras – CDB ¹ | 10.410 | 10.410 |
| Total | 10.410 | 10.410 |

¹ É composta por aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração percentual do CDI em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e, registrada no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento, junto a bancos de primeira linha.

7. Outros Ativos Financeiros

| Ativo | 30/06/2025 |
|-----------------------------------|----------------|
| Devedores Diversos ¹ | 221.902 |
| Provisão para Perdas ² | (888) |
| Total | 221.014 |

¹Corresponde substancialmente a Incentivos (Rebates) de Bandeira Cartão, R\$ 220.608 em 30 de Junho 2025.

²A Wise IP não realiza operações de crédito, provisão refere-se chargeback (*valores contestados por clientes*).

8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos

| | 30/06/2025 |
|--|---------------|
| Ativo Fiscal Corrente | |
| IRPJ recolhido por Estimativa | 3.455 |
| CSLL recolhido por Estimativa | 1.391 |
| Imposto de Renda a Recuperar | 73 |
| Outros Impostos e Contribuições a Recuperar | 7.885 |
| Total | 12.804 |
| Ativo Fiscal Diferido | |
| IRPJ Diferido | 1.710 |
| CSLL Diferido | 615 |
| Total | 2.325 |
| Passivo Fiscal Corrente | |
| Provisão para impostos e Contribuições sobre Lucros | 1.629 |
| Provisão IRPJ | 1.195 |
| Provisão CSLL | 434 |
| Impostos e Contribuições a Recolher | 1.081 |
| Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros | 1.081 |
| Outros | 835 |
| ISS a recolher | 19 |
| PIS a recolher | 58 |
| COFINS a recolher | 333 |
| PIS sobre Preço de Transferência | 3 |
| COFINS sobre Preço de Transferência | 15 |
| ISS sobre Preço de Transferência | 406 |
| Outros | 1 |
| Total | 3.545 |

9. Outros Ativos

| | 30/06/2025 |
|--|---------------|
| Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24) ¹ | 75.245 |
| Material em Estoque ² | 468 |
| Total | 75.713 |

¹Refere-se substancialmente a operações de preço de transferência adotada conforme nota 3j..

²Estoque de cartões físicos.

10. Contas de Pagamento Pré-Paga

| | 30/06/2025 |
|-------------------------------|----------------|
| Contas de Pagamentos Pré-Paga | 553.492 |
| Total | 553.492 |

11. Outros Passivos

| | 30/06/2025 |
|--------------------------------|--------------|
| Receitas Diferidas a Apropriar | 4.316 |
| Credores Diversos ¹ | 3.717 |
| Outras Provisões | 1.503 |
| Total | 9.536 |

¹Refere-se substancialmente à reserva de Saldo contas de pagamentos pré-paga

12. Provisão para Pagamentos

| | 30/06/2025 |
|---|----------------|
| Valores a Pagar Sociedades Ligadas (nota 24) ¹ | 244.399 |
| Fornecedores Nacionais – Credores Diversos no País ² | 116.495 |
| Provisões para Pagamentos a Efetuar | 4.246 |
| Provisão para Passivos Contingentes (nota 13) | 847 |
| Total | 365.987 |

¹Refere-se à descontos recebidos (rebates) e compartilhados com a Wise Payments Limited, originados junto a bandeira de cartões.

²Refere-se à conta a pagar originados junto a bandeira de cartões.

13. Provisão para Contingências

Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o parecer de consultores jurídicos externos, responsáveis por classificar as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Conforme procedimentos previstos no CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do CMN e da Instrução Normativa BCB nº 319/2022, são constituídas provisões para contingências para processos cíveis com probabilidades de perda provável

| Contingências | Saldo em 31/12/2024 | Constituição | Reversão | Baixa | Saldo em 30/06/2025 |
|---------------|------------------------|--------------|----------|-------|------------------------|
| Cíveis | 172 | 739 | (11) | (53) | 847 |

Os saldos de contingências cíveis prováveis são constituídos por 27 processos, sendo solicitações de danos materiais e morais.

Os processos classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, pois, a Administração, com base na avaliação de especialistas jurídicos e nas condições processuais de cada ação, entende que esses processos não produzirão efeitos patrimoniais. Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, os saldos de contingências cíveis possíveis são constituídos por 51 processos no valor total de 1.210.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Wise, é de R\$ 16.351 representado pelo valor nominal unitário de 1,00 real, dividido em 16.350.892 quotas domiciliado no exterior, sendo inteiramente detido no Reino Unido pela controladora Wise Payments Ltd..

Em julho de 2023, ocorreu o aumento de capital social, por meio da incorporação da Transferwise Brasil Correspondente Cambial e Pagamentos Ltda., no montante de R\$ 3.351 com a emissão de 3.350.892 quotas no valor unitário de 1,00 real.

Os lucros remanescentes registrados em cada exercício social podem ser alocados, no todo ou em parte, para a formação da Conta de Reserva de Lucros e/ou Lucros Acumulados, conforme deliberação da sócia. Após esta alocação, qualquer lucro remanescente poderá ser distribuído à sócia.

Qualquer prejuízo no exercício social deve ser absorvido pelos Lucros Acumulados e pela Reserva de Lucros, nesta ordem.

15. Receitas de Prestação de Serviços

| | 30/06/2025 |
|---|---------------|
| Serviços Prestados à Sociedades Ligadas (nota 24) | 28.360 |
| Receita de Serviço de Pagamento | 4.200 |
| Total | 32.560 |

16. Resultado de Intermediação Financeiro

| | 30/06/2025 |
|--|---------------|
| Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 32.745 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 15 |
| Total | 32.760 |

17. Despesas com Pessoal

| | 30/06/2025 |
|--------------------------|-----------------|
| Remuneração | (8.801) |
| Encargos Sociais | (2.838) |
| Benefícios | (5.915) |
| Outros | (18) |
| Total¹ | (17.572) |

¹Valores referentes a adoção de "Cost Sharing" (nota 24).

18. Despesas Gerais Administrativas

| | 30/06/2025 |
|--|-------------------|
| Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros ¹ | (10.241) |
| Processamento de Dados ² | (8.058) |
| Transportes e Manuseio de Plástico ³ | (5.140) |
| Serviços tomados junto à Sociedades Ligadas | (1.399) |
| Aluguéis ⁴ | (1.324) |
| Propaganda e Publicidade ⁵ | (1.229) |
| Serviços do Sistema Financeiro | (677) |
| Outras | (126) |
| Total | (28.194) |

¹Valor R\$ 1 referentes a adoção de "Cost Sharing" (nota 3j).

²Valor R\$ 7.892 referentes a adoção de "Cost Sharing" (nota 3j).

³Valor R\$ 241 referentes a adoção de "Cost Sharing" (nota 3j).

⁴Valor R\$ 1.399 referente a adoção das novas regras de Preço de Transferência (nota 3j).

⁵Valores referentes a adoção de "Cost Sharing" (nota 3j).

19. Despesas Tributárias

| | 30/06/2025 |
|-----------------------|-------------------|
| Despesa com COFINS | (1.875) |
| Despesa com ISS | (1.518) |
| Despesa com PIS/PASEP | (335) |
| Despesa com IOF | (83) |
| Demais Impostos | (1) |
| Total | (3.812) |

20. Despesas com Provisões

| | 30/06/2025 |
|------------------------------|-------------------|
| Contingência (notas 13 e 3i) | (728) |
| Outras Provisões Multas | (1.000) |
| Total | (1.728) |

21. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas

| | 30/06/2025 |
|---|-------------------|
| Reembolso de Custos Operacionais ¹ | 63.692 |
| Resultado de Operações dos Cartões Junto a Bandeira | (52.093) |
| Remuneração da Conta Pré-Paga | (22.882) |
| Variação Cambial Ativa | 1.544 |
| Variação Cambial Passiva | (1.513) |
| Outras | (122) |
| Total | (11.374) |

¹ Refere-se ao reembolso dos custos relacionados ao produto cartão realizado pela Wise Payment Limited.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstrações do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | 30/06/2025 |
|--|--------------|
| Lucro Antes dos Impostos | 2.640 |
| Adições Permanentes | 950 |
| Adições Temporárias ¹ | 3.307 |
| Exclusões Temporárias | - |
| Compensação do Prejuízo Fiscal e Base Negativa | (2.069) |
| Base de Cálculo | 4.828 |
| Imposto de Renda | 1.195 |
| Contribuição Social | 434 |

¹ Refere-se às provisões com os custos dos plásticos.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

| | 30/06/2025 |
|---|--------------|
| Tributos Diferidos | |
| Constituição/ (reversão) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas | 710 |
| Constituição/ (reversão) de base negativa de csl | (186) |
| Constituição/ (reversão) de prejuízo fiscal | (517) |
| Total de impostos diferidos | 7 |
| Impostos correntes | |
| Imposto de renda e contribuição social devidos | (1.629) |
| Total de imposto de renda e contribuição social do exercício | 1.623 |

c. Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2025, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Instituição de Pagamentos e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões, bem como Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social que se referem a economia tributária gerada a partir de uma base de cálculo negativa em exercícios anteriores. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas e Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social, foram constituídos considerando a alíquota total de 34% (25% IRPJ e 9% CSLL), nos termos da legislação vigente.

A constituição do crédito tributário está condicionada à expectativa de realização. Dessa forma, não foi constituído crédito tributário sobre a provisão de pagamentos em ações, no montante de aproximadamente R\$ 1.360 em junho de 2025, em razão da pendência de definição quanto a data de sua realização.

| | 31/12/2024 | Constituição | Reversão/ Realização | 30/06/2025 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|-------------------------|--------------|
| Prejuízo fiscal | 1.034 | - | (517) | 517 |
| Base negativa de CSLL | 372 | - | (186) | 186 |
| Diferenças temporárias | 912 | 710 | - | 1.622 |
| Total de créditos tributários | 2.318 | 710 | (703) | 2.325 |

d. Expectativa de realização do crédito tributário

| | Imposto de Renda | Contribuição Social | Total |
|---------------|---------------------|------------------------|--------------|
| 1º ano – 2025 | 744 | 268 | 1.012 |
| 2º ano – 2026 | 896 | 321 | 1.217 |
| 3º ano – 2027 | 71 | 25 | 96 |
| Total | 1.711 | 614 | 2.325 |

23. Resultado Recorrente e Não Recorrente

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, destacamos que nosso resultado contábil recorrente em 30 de junho de 2025 foi de lucro líquido de R\$ 1.017. Não houve resultado não recorrente para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

| | 30/06/2025 |
|--------------------------|-------------------|
| Resultado Recorrente | 1.017 |
| Resultado Não Recorrente | - |
| Total | 1.017 |

24. Partes Relacionadas

A Wise controlada pela Wise Payments Limited, tem suas operações e remuneração de serviços com partes relacionadas realizadas no curso normal dos negócios.

As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/2020, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

| | 30/06/2025 |
|---|-------------------|
| Ativo | |
| Ativo Circulante | 75.245 |
| Outros Ativos (nota 9) ¹ | 75.245 |
| Passivo | |
| Passivos Circulante | 244.399 |
| Provisão para Pagamentos (nota 12) ^{1,2} | 244.399 |
| Resultado | |
| Receitas Operacionais | 28.360 |
| Receita de Prestação de Serviço (nota 15) | 28.360 |
| Despesas Operacionais | 62.293 |
| Despesas Gerais e Administrativas | (1.399) |
| Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas (nota 21) ¹ | 63.692 |

¹ Correspondem a operações junto a Wise UK Payments Limited, empresa controladora.

² Incluem as operações junto a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda, empresa ligada, no montante de R\$ 39.028.

25. Gerenciamento de Riscos

A Wise adota uma abordagem proativa e estratégica para a gestão de riscos. Reconhecemos que uma gestão eficaz de riscos é essencial para alcançar nossos objetivos estratégicos e nossa missão. Por isso, investimos significativamente em pessoas, tecnologia e processos para aprimorar a identificação de riscos, possibilitar a mitigação proativa e fortalecer nossa cultura de gestão de riscos. Nosso robusto modelo de três linhas de defesa oferece uma visão abrangente dos riscos e da eficácia dos controles, além de fortalecer nosso processo de identificação e mitigação. Nossas políticas de Gestão de Riscos apoiam as tomadas de decisões, o planejamento e a priorização, proporcionando uma compreensão mais profunda dos riscos. Elas estabelecem papéis e responsabilidades claros, com supervisão adequada, garantindo uma abordagem consistente em toda a empresa. Aprovadas anualmente pela Diretoria e sujeitas a revisões contínuas, nossas políticas permanecem fundamentais para nossa estratégia de gestão de riscos. Essa estratégia é liderada pela área de Gestão de Riscos, responsável por definir os padrões desejados e as ações necessárias para alcançá-los.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Capital e Controles Internos da Wise Brasil estão alinhadas aos requisitos regulatórios brasileiros, especialmente àqueles definidos pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essas estruturas são adaptadas à complexidade dos riscos inerentes aos processos da empresa, que é um conglomerado financeiro liderado pela Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., e que também inclui a Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda., ambas enquadradas no Segmento 4 (S4), conforme o art. 2, § 3 da Resolução nº 4.553/2017 do CMN. Além disso, a Wise Brasil segue os requisitos estabelecidos no ERMF (Enterprise Risk Management Framework) global da Wise Ltd, que se reporta à *Financial Conduct Authority* (FCA).

A Wise Brasil possui uma estrutura independente de gerenciamento integrado de riscos e capital, e políticas e procedimentos em alinhamento com as melhores práticas de mercado. As empresas do conglomerado monitoram os riscos Operacionais, de Mercado, de Liquidez, de Crédito, de Capital, Socioambiental e de Compliance. Além disso, continuam implementando procedimentos de Controles Internos e Auditoria Interna, mantendo-os separados das áreas de negócio para garantir a robustez e a independência da segunda e terceira linhas de defesa.

A seguir são apresentados os riscos gerenciados pela Wise Brasil:

a) Risco de Mercado: A Wise Brasil é afetada pelo risco de mercado, principalmente devido à natureza de suas transações, que estão sujeitas às variações nos preços das diferentes moedas (risco cambial). A empresa adota a

estratégia de fechar sua posição de câmbio diária em valores próximos a zero, o que minimiza a exposição a esse risco. Além disso, a Wise não mantém estoque físico de moedas estrangeiras, o que facilita o fechamento da exposição diária. O monitoramento diário do risco de mercado é realizado através de procedimentos internos e ferramentas externas, visando obter uma análise completa dos riscos assumidos.

b) Risco Operacional: o monitoramento contínuo do risco operacional ajuda a Wise Brasil a manter sua operação disponível para todos os clientes 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para alcançar esse objetivo todos os riscos e controles internos da instituição são devidamente mapeados. Em seguida, realiza-se a avaliação de riscos (RCSA - *Risk and Control Self Assessment*), que permite à equipe de Riscos analisar dados qualitativos e quantitativos para dar suporte às tomadas de decisões.

c) Risco de Liquidez: os procedimentos de gerenciamento e monitoramento são: i) Liquidez de Curto Prazo: Embora ainda não tenha sido implantada, esta política seguirá uma metodologia semelhante ao LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), considerando Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e depósitos em relação às obrigações de curto prazo, após avaliar o possível impacto nas receitas da instituição; ii) Análise de Concentração; e iii) Projeção de Resultados: Análise dos cenários esperado e estressado para um período de três anos, levando em conta o impacto de diversas categorias de riscos provenientes de cenários internos e externos da Wise.

d) Risco de Crédito: É importante destacar que a Wise Brasil não possui carteira de crédito, ou seja, não concede empréstimos a seus clientes, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Por essa razão, a empresa não se enquadra nos requisitos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional. Os riscos de contraparte aos quais a Wise Brasil está exposta provêm de seu relacionamento com outras instituições financeiras no Brasil, incluindo contas correntes em moeda estrangeira, contas correntes em Reais e possíveis investimentos realizados pela instituição.

e) Gerenciamento de Capital: Ao longo do primeiro semestre de 2025 não houve desenquadramento de capital mínimo para o Conglomerado Prudencial da Wise Brasil, que chegou ao mês de junho de 2025 com índice de Basileia de 19.64%. A Wise Brasil possui instrumentos para cálculo e análise de capital mínimo regulatório, Patrimônio de Referência (PR), Ativos Ponderados pelo Riscos (RWA), e outros reportes prudenciais obrigatórios. Estão em desenvolvimento procedimentos visam fortalecer a estrutura de gerenciamento de capital como: i) Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital; ii) Programa de testes de estresse; iii) Plano de capital; iv) Plano de contingência de capital; e v) Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e o comitê de riscos.

f) Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático: A Wise Brasil conta com uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), que orienta a implementação dos procedimentos de monitoramento e gestão desses riscos específicos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.945/2021.

g) Risco de Compliance: O risco de compliance é gerenciado pela equipe de Compliance com base no Brasil. O objetivo dessa equipe é garantir a conformidade com as normas legais e regulatórias, as políticas internas e as boas práticas de mercado, além de promover a melhoria contínua do sistema de controles internos e mitigar riscos relacionados aos negócios da Wise, especialmente os riscos de imagem, legais, de conformidade e regulatórios. A estrutura de compliance da Wise é independente, reportando-se diretamente à Diretora da matriz em Londres, atuando como a segunda linha de defesa.

h) Controles Internos: A Wise Brasil segue procedimentos de controles internos de acordo com a Resolução nº 260/2022. Os testes de controles internos focam nos processos e controles críticos, sendo essenciais para manter uma matriz de riscos e controles atualizada, além de promover a melhoria dos processos e reduzir incidentes.

26. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Signed by:

Enio Almeida

29C3F603436F4BD...

ENIO ALMEIDA
Diretor de Riscos

DocuSigned by:

Thais Romano

83DA103B67AB45D...

THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Contadora
CRC 1 SP 198.160/O-0